



SUMÁRIO

1	NOÇÕES GERAIS.....	21
1.1.	CONCEITO DE RECURSO	21
1.2.	RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	34
1.2.1.	Introdução	34
1.2.2.	Remessa Necessária.....	35
1.2.3.	Correição Parcial.....	38
1.2.4.	Pedido de Reconsideração.....	39
1.2.5.	Suspensão de Segurança.....	42
1.3.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....	43
1.3.1.	Objeto Imediatamente Tutelado	43
1.3.2.	Fundamentação Recursal	46
1.3.3.	Abrangência da Matéria Impugnada	49
1.3.4.	Subordinação ou Autonomia	51
1.4.	RECURSO ADESIVO	56
1.4.1.	Introdução	56
1.4.2.	A Forma Recursal de quem não Pretendia Recorrer ..	57
1.4.3.	Espécies Recursais que Admitem a Forma Adesiva..	63
1.4.4.	Desistência do Recurso Principal e o Princípio da Boa-Fé Objetiva.....	69
1.4.5.	Legitimidade.....	73
1.4.6.	Prazo	79
1.4.7.	Natureza Jurídica.....	80
1.4.8.	Objeto do Recurso Adesivo.....	81
1.4.9.	Requisitos Específicos de Admissibilidade.....	82

1.4.10. Julgamento do Recurso Adesivo.....	85
1.4.11. Recurso Principal e Adesivo de Diferentes Espécies ...	89
1.5. Honorários advocatícios recursais.....	92
1.5.1. Razão de ser a Majoração de Honorários em Sede Recursal.....	92
1.5.2. Demonstração de Efetivo Trabalho do Advogado?.....	94
1.5.3. Espécies Recursais que Admitem a Fixação de Honorários Recursais	95
1.5.4. Fixação dos Honorários Recursais Dependente do Teor do Julgamento Recurso.....	97
2 EFEITOS RECURSAIS.....	99
2.1. INTRODUÇÃO.....	99
2.2. EFEITO OBSTATIVO.....	99
2.2.1. Conceito.....	99
2.2.2. Abrangência.....	102
2.3. EFEITO DEVOLUTIVO.....	108
2.3.1. Introdução	108
2.3.2. Extensão da Devolução	110
2.3.3. Profundidade da Devolução.....	111
2.3.3.1. Introdução.....	111
2.3.3.2. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo.....	112
2.3.3.3. Devolução de Fundamentos de Pedido e de Defesa.....	114
2.3.3.4. Devolução e Cumulação de Pedidos	117
2.3.3.5. No Sistema Atual é Quase Irrelevante a Causa de Pedir Recursal?.....	120
2.3.3.6. “Causa Madura”	125
2.3.3.7. Profundidade do Efeito Devolutivo nos Recursos Especial e Extraordinário	127

2.4.	EFEITO SUSPENSIVO	128
2.4.1.	Introdução	128
2.4.2.	Efeitos Secundários e Efeito Suspensivo	131
2.4.3.	Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito em Julgado.....	135
2.4.4.	Efeito Suspensivo Próprio.....	137
2.4.5.	Efeito Suspensivo Impróprio	140
2.4.5.1.	Introdução.....	140
2.4.5.2.	Requerimento Expresso.....	142
2.4.5.3.	Risco de Grave Dano, de Difícil ou Impossível Reparação	143
2.4.5.4.	Demonstração de Probabilidade de Provisamento do Recurso	146
2.4.6.	Efeito Suspensivo Impróprio e Tutela da Evidência... ..	153
2.4.7.	Efeito Suspensivo Parcial	156
2.4.8.	Suspensão dos Efeitos da Decisão e do Processo	158
2.5.	EFEITO TRANSLATIVO	161
2.5.1.	Introdução	161
2.5.2.	Objeto do Efeito Translativo	162
2.5.3.	Espécies Recursais.....	164
2.5.4.	Contraditório.....	166
2.6.	EFEITO EXPANSIVO.....	166
2.6.1.	Introdução	166
2.6.2.	Efeito Expansivo Subjetivo	167
2.6.2.1.	Prejuízo do Litisconsorte que Não Recorreu	167
2.6.2.2.	Benefício do Litisconsorte que Não Recorreu.....	169
2.6.2.3.	Efeito Expansivo Subjetivo e Pluralidade de Recursos.....	172
2.6.3.	Efeito Expansivo Objetivo Interno.....	176

2.6.4.	Efeito Expansivo Objetivo Externo.....	179
2.6.4.1.	Efeito Expansivo Objetivo Integrativo.....	181
2.7.	EFEITO SUBSTITUTIVO	183
2.8.	EFEITO REGRESSIVO.....	185
3	PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	191
3.1.	DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	191
3.1.1.	Conceito.....	191
3.1.2.	Mesmo Grau de Jurisdição?.....	194
3.1.3.	O Duplo Grau de Jurisdição é Princípio Constitu- cional?.....	196
3.1.4.	Quais Espécies Recursais Garantem o Duplo Grau de Jurisdição?.....	198
3.1.5.	Pretensas Vantagens do Duplo Grau de Jurisdição....	200
3.1.6.	Pretensas Desvantagens do Duplo Grau de Juris- dição.....	202
3.2.	TAXATIVIDADE.....	204
3.3.	SINGULARIDADE (UNIRRECORRIBILIDADE OU UNICIDADE).....	207
3.3.1.	Conceito.....	207
3.3.2.	Exceções à Singularidade.....	210
3.3.2.1.	Recursos Especial e Extraordinário	210
3.3.2.2.	“Interposição Simultânea” dos Recursos Especial e Extraordinário.....	211
3.3.3.	Recursos Especial, Extraordinário e Ordinário Constitucional.....	213
3.3.4.	Embargos de Declaração e Outra Espécie Recursal...	214
3.3.5.	Agravo Interno e Agravo em Recursos Especial e Extraordinário.....	218
3.3.6.	Embargos de Divergência e Recurso Extraordiná- rio.....	220

3.3.7. Agravo de Instrumento e Apelação ou Contrarrazões de Apelação?.....	222
3.3.8. Julgamento Simultâneo de Ações Conexas por Sentença Única	224
3.4. VOLUNTARIEDADE.....	224
3.5. DIALETICIDADE.....	226
3.6. FUNGIBILIDADE	230
3.6.1. Introdução	230
3.6.2. E a tal Conversibilidade?	234
3.6.3. Conceito	236
3.6.4. Hipóteses de Fungibilidade Típicas	237
3.6.4.1. Embargos de Declaração e Agravo Interno (Art. 1.024, § 3º, do CPC).....	237
3.6.4.2. Fungibilidade Entre os Recursos Excepcionais.....	242
3.6.4.2.1. Fungibilidade entre Recurso Especial e Recurso Extraordinário	247
3.6.4.2.2. Fungibilidade entre Recurso Extraordinário e Recurso Especial	252
3.6.4.2.3. O Problema da Competência na Aplicação da Fungibilidade	256
3.6.4.2.4. Fungibilidade e Recurso Adesivo	259
3.6.5. Fungibilidade Recursal Atípica	263
3.6.5.1. Introdução.....	263
3.6.5.2. Dúvida Fundada (Objetiva) a Respeito do Recurso Cabível	266
3.6.5.3. Inexistência de Erro Grosseiro.....	271
3.6.5.4. Observância do Prazo do Recurso Cabível .	274
3.6.5.5. Inexistência de Má-fé.....	279
3.7. PROIBIÇÃO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	282
3.7.1. Conceito	282
3.7.2. Condições Materiais para a Geração da <i>Reformatio In Pejus</i>	283

3.7.3. Fundamento da Decisão e <i>Reformatio In Pejus</i>	285
3.7.4. Matéria Cognoscíveis de Ofício	288
3.7.5. Teoria da Causa Madura.....	290
3.8. COMPLEMENTARIEDADE	295
3.8.1. Conceito	295
3.8.2. Hipótese de Complementação Prevista em Lei.....	297
3.8.3. Há Hipóteses de Complementação não Previstas em Lei?	298
3.8.4. Fim da Preclusão Consumativa?	300
3.9. CONSUMAÇÃO	301
3.9.1. Conceito	301
3.9.2. Exceção ao Princípio	302
3.10. PRIMAZIA NO JULGAMENTO DO MÉRITO RECURSAL	305
3.10.1. Introdução	305
3.10.2. Causa para Inadmissão do Recurso e Formas de sua Superação.....	307
3.10.2.1. Introdução.....	307
3.10.2.2. Correção do Vício	308
3.10.2.2.1. Previsões Específicas	308
3.10.2.2.2. Previsão Genérica	308
3.10.2.2.3. Vício Insanável	310
3.10.2.2.4. Vício Estritamente Formal.....	314
3.10.2.2.5. Vício do Procedimento e não do Recurso	317
3.10.2.3. Fungibilidade	318
3.10.2.4. Instrumentalidade das Formas.....	320
3.10.2.4.1. Regra Geral.....	320
3.10.2.4.2. Recursos Especial e Extraordinário	321
4 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	329

4.1. INTRODUÇÃO.....	329
4.2. NATUREZA JURÍDICA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	331
4.3. NATUREZA DA DECISÃO SOBRE A ADMISSIBILIDADE RECURSAL.....	334
4.4. FORMA DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	337
4.5. MOMENTO.....	341
4.6. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.....	344
4.6.1. Cabimento.....	344
4.6.1.1. Introdução.....	344
4.6.1.2. Despacho ou Decisão?.....	345
4.6.1.2.1. O Problema Prático da Indefinição do Conceito de Despacho.....	348
4.6.1.2.2. Embargos de Declaração.....	355
4.6.1.3. Decisões Irrecorríveis.....	357
4.6.1.3.1. Introdução.....	357
4.6.1.3.2. Exaurimento das Espécies Recursais.....	358
4.6.1.3.3. Opção Legislativa.....	359
4.6.1.3.4. Embargos de Declaração.....	362
4.6.1.4. Decisões Recorríveis.....	365
4.6.1.4.1. Previsões Específicas.....	365
4.6.1.4.2. Previsões Genéricas.....	367
4.6.2. Legitimidade Recursal.....	371
4.6.2.1. Introdução.....	371
4.6.2.2. Parte.....	372
4.6.2.2.1. Conceito de Parte.....	372
4.6.2.2.2. Partes Legitimadas a Recorrer.....	374
4.6.2.2.3. Juiz e Auxiliares do Juízo.....	376
4.6.2.3. “Terceiro Prejudicado”.....	377
4.6.2.3.1. Introdução.....	377
4.6.2.3.2. Terceiro Juridicamente Interessado... ..	378

4.6.2.3.3.	Advogado	380
4.6.2.3.4.	Ministério Público.....	383
4.6.2.3.5.	Sujeito que não foi Ouvido no Processo em que era Obrigatória sua Atuação	384
4.6.2.3.6.	Defensoria Pública como Custos <i>Vulnerabilis</i>	386
4.6.3.	Interesse Recursal.....	387
4.6.3.1.	Introdução.....	387
4.6.3.2.	Utilidade.....	389
4.6.3.2.1.	Sucumbência	393
4.6.3.2.1.1.	Introdução.....	393
4.6.3.2.1.2.	Sucumbência Formal e Material	393
4.6.3.2.1.3.	Sucumbência Material, Tese Prospectiva e Texto Legal.....	396
4.6.3.2.1.4.	Sucumbência Material e Inte- resse Recursal nos Embargos de Declaração	397
4.6.3.2.1.5.	Sucumbência Formal e Material e Solução da Questão Prejudicial..	399
4.6.3.2.1.6.	Decisão Terminativa e Interesse Recursal do Réu.....	402
4.6.3.2.1.7.	Decisão Terminativa e Interesse do Autor em Modificar os seus Fundamentos	405
4.6.3.2.1.8.	Sucumbência e Cumulação de Pedidos.....	406
4.6.3.3.	Necessidade.....	410
4.6.3.4.	Adequação.....	412
4.6.3.5.	Interesse Recursal da Decisão de IRDR e de IAC	415
4.6.3.6.	Interesse Recursal do Ministério Público em Processo com Incapaz.....	419
4.6.3.7.	Interesse Recursal Condicionado.....	421

4.6.3.7.1.	Introdução	421
4.6.3.7.2.	Recurso Adesivo Excepcional Cruzado.....	422
4.6.3.7.3.	Contrarrazões de Apelação com Impugnação de Decisão Interlocutória Não Agravável.....	423
4.6.4.	Inexistência de Ato Impeditivo ou Extintivo do Direito de Recorrer.....	426
4.6.4.1.	Introdução.....	426
4.6.4.2.	Desistência	429
4.6.4.2.1.	Introdução	429
4.6.4.2.2.	Momento.....	430
4.6.4.2.3.	Espécies de Desistência.....	433
4.6.4.2.4.	Efeitos	435
4.6.4.2.5.	Recorribilidade.....	437
4.6.4.2.6.	Litisconsórcio	439
4.6.4.2.7.	Parte Contrária	441
4.6.4.2.8.	Recursos Repetitivos e Repercussão Geral – A “Alma sem Corpo”.....	443
4.6.4.2.9.	Resistências Jurisprudenciais à Desistência	446
4.6.4.2.10.	Honorários Advocatícios	448
4.6.4.3.	Renúncia	449
4.6.4.3.1.	Introdução	449
4.6.4.3.2.	Parte Contrária	450
4.6.4.3.3.	Litisconsórcio	451
4.6.4.3.4.	Efeitos	453
4.6.4.3.5.	Momento.....	454
4.6.4.3.6.	Espécies	460
4.7.	AQUIESCÊNCIA	463
4.7.1.	Introdução	463
4.7.2.	Momento.....	465
4.7.3.	Espontaneidade.....	467

4.7.4. Espécies	467
4.7.5. Omissão.....	469
4.8. TEMPESTIVIDADE.....	471
4.8.1. Introdução	471
4.8.2. Prazo	471
4.8.3. Prazos Diferenciados	473
4.8.3.1. Introdução.....	473
4.8.3.2. Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	473
4.8.3.3. Prazo em Dobro Previsto no Art. 229 do CPC.....	474
4.8.4. Termo Inicial.....	476
4.8.4.1. Introdução.....	476
4.8.4.2. Intimação do Advogado ou da Sociedade de Advogados.....	477
4.8.4.3. Intimação do Ministério Público, da Ad- vocacia Pública e da Defensoria Pública ...	479
4.8.4.4. Decisão Proferida em Audiência.....	480
4.8.4.5. Decisão Proferida em Sessão de Julga- mento.....	483
4.8.4.6. Decisão Proferida Liminarmente.....	484
4.8.5. Crises do Prazo Recursal.....	485
4.8.5.1. Introdução.....	485
4.8.5.2. Suspensão do Prazo	485
4.8.5.3. Interrupção do Prazo Recursal.....	486
4.8.5.4. Embargos de Declaração.....	491
4.8.5.5. Embargos de Divergência	495
4.8.5.6. Justa Causa (Justo Impedimento).....	495
4.8.5.7. Feriado Local.....	499
4.8.6. Recurso “Prematuro”	502
4.8.7. Interposição pelo Correio.....	504

4.9.	PREPARO.....	505
4.9.1.	Conceito	505
4.9.2.	Hipóteses de Isenção	507
4.9.3.	Regra da Comprovação Imediata.....	509
4.9.4.	Recolhimento em Valor Insuficiente	512
4.9.5.	Recorribilidade.....	517
4.9.6.	Ausência de Comprovação	518
4.9.7.	Justo Impedimento.....	521
4.9.8.	Preenchimento Incorreto de Guia.....	528
4.9.9.	Devolução do Preparo.....	532
4.9.10.	Gratuidade de Justiça.....	534
4.10.	REGULARIDADE FORMAL	537
4.10.1.	Introdução	537
4.10.2.	Ato Escrito.....	537
4.10.3.	Fundamentação.....	542
4.10.4.	Capacidade Postulatória	544
4.10.5.	Assinatura	545
4.10.6.	Procuração.....	546
5	JUÍZO DE MÉRITO.....	549
5.1.	INTRODUÇÃO.....	549
5.2.	COMPETÊNCIA.....	549
5.3.	OBJETO DO JUÍZO DE MÉRITO.....	555
5.4.	EFEITOS.....	557
5.5.	CAUSA DE PEDIR RECURSAL	558
5.5.1.	Introdução	558
5.5.2.	Error In Procedendo.....	559
5.5.3.	Error In Judicando.....	560
	5.5.3.1. Introdução.....	560

5.5.3.2. Fixação da Base Fática da Decisão	561
5.5.3.3. Fixação do Objeto de Prova.....	562
5.5.3.4. Escolha das Provas na Formação do Con- vencimento.....	563
5.5.3.5. Valoração da Prova	564
5.5.3.6. Error In Judicando Jurídico.....	564
5.6. PEDIDO	567
5.7. CORRELAÇÃO ENTRE CAUSA DE PEDIR RECUR- SAL E PEDIDO	571
BIBLIOGRAFIA	577